

## CAPÍTULO XVI

# Dualismo e Tecnologia

Além dos principais desequilíbrios estruturais que acabamos de analisar — concentração de renda, disparidades regionais, desempenho agrícola insatisfatório, troca desigual entre o setor monopolista e o competitivo — a economia brasileira possui ainda um desequilíbrio básico: a heterogeneidade e o subdesenvolvimento tecnológico.

A heterogeneidade tecnológica, ou seja, a coexistência de técnicas extraordinariamente modernas e sofisticadas com técnicas tradicionais, reflete-se na existência de um setor monopolista e de algumas áreas do setor competitivo com altas taxas de produtividade, ao lado de amplas áreas do setor competitivo, especialmente a parte informal do mercado de trabalho, constituído de microempresas típicas da pequena produção mercantil e de uma infinidade de trabalhadores autônomos urbanos, em que a taxa de produtividade é baixíssima.

A heterogeneidade estrutural das economias latino-americanas, que Aníbal Pinto analisou em artigos pioneiros, é uma das bases do modelo de subdesenvolvimento industrializado. Na verdade, heterogeneidade estrutural é outra expressão para o dualismo ou desequilíbrio estrutural ao nível tecnológico que caracteriza as economias subdesenvolvidas como a brasileira.

A teoria do caráter dualista das economias subdesenvolvidas foi fortemente combatida no Brasil, após 1964, à medida que, através desse combate, os intelectuais de esquerda ou marxistas (não necessariamente marxistas-leninistas nem marxistas ortodoxos), entre os quais me incluo, pretendiam atingir dois objetivos. Em primeiro lugar pretendia-se fazer uma autocrítica da proposta populista, endossada pela quase totalidade da esquerda nos anos cinquenta, de aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional (setor moderno) contra a oligarquia agrário-mercantil

com resquícios feudais (setor tradicional). Em segundo lugar o objetivo era criticar a ideologia do desenvolvimento conservadora — a chamada teoria de modernização — que pretende reduzir o problema do subdesenvolvimento a uma “falta de capitalismo” e identificar o desenvolvimento com o processo de reprodução, na periferia, da sociedade capitalista norte-americana, ou, como sugere Celso Furtado, com a simples reprodução dos padrões de consumo dessa sociedade.

De fato, a teoria dualista do subdesenvolvimento prestou-se ao equívoco de imaginar a possibilidade de uma associação entre a burguesia local (chamada “nacional”) e os trabalhadores, quando fatos novos, no final dos anos cinquenta, haviam tornado totalmente inviável esse tipo de aliança política. Nesse sentido levou as esquerdas e os trabalhadores ao erro estratégico de aceitar uma aliança com uma criação teórica ou ideológica: a “burguesia nacional”. E serviu também de suporte às teorias modernizadoras (conservadoras) do subdesenvolvimento.

Mas estas distorções ideológicas não tiram o caráter objetivamente dual da economia brasileira. Dual (a) porque heterogênea tecnologicamente, (b) porque desequilibrada em termos de mercado (um setor monopolista outro competitivo, um setor formal outro informal), (c) porque contraditória em termos de formação histórica (o capital industrial suplantando, mas ainda convivendo com o capital mercantil), (d) porque marcada pela distinção radical entre os muito ricos e os muito pobres.

Este dualismo da economia brasileira, conforme demonstrou Ignácio Rangel, é algo de intrínseco e define o próprio subdesenvolvimento industrializado brasileiro. Não se trata de falta de capitalismo, como pretende a teoria da modernização, mas de uma forma distorcida de penetração do capital na produção. Ao invés de penetrar de forma relativamente homogênea e integrada, como aconteceu nos países centrais, o capital mercantil e depois o capital industrial introduzem-se na economia de forma concentrada e exploratória. Na época do capital mercantil vai ser o latifúndio e não a pequena produção mercantil a forma específica e contraditória de manifestação desse capital. No período atual, marcado pelo capital industrial, este já penetra e se assenhora da economia na sua forma monopolista, concentrada, utilizando tecnologia altamente poupadora de força de trabalho. Em consequência a penetração desse capital provoca bolsões de “modernidade” na economia, aos quais se justapõe e se subordina ao setor competitivo, particularmente, o seu subsetor informal. Este setor informal é a rigor pré-capitalista, à medida que é caracterizado pela pequena produção mercantil, em que o trabalho familiar é dominante e o trabalho assalariado, secundário, e pelo trabalho de autônomos geralmente subempregados. Mais do que uma relação de justaposição, entretanto, o setor informal mantém uma relação de subordinação e,

portanto, de suporte para o setor capitalista monopolista, facilitando a acumulação de capital no último. Rosa Luxemburgo demonstrou esse fato no início deste século quando examinou o problema do imperialismo. No Brasil talvez a análise mais interessante desse processo através do qual os setores pré-capitalistas interpenetram e se tornam funcionais ao processo de acumulação capitalista foi realizada por Francisco de Oliveira. Embora nem sempre muito claro, ele foi capaz de distinguir, na *Crítica da Razão Dualista*, o caráter ideológico da "razão dualista" do caráter objetivamente dualista (e funcional nesse dualismo) da economia brasileira, ao invés de simplesmente negar a existência desse caráter dualista como fizeram muitos economistas e sociólogos superficiais ou apressados depois de 1964.

Uma causa fundamental da manutenção do caráter dual da economia brasileira está, portanto, no caráter monopolista e concentrado do capital industrial. Mas esta heterogeneidade estrutural está também basicamente relacionada com o problema da dependência tecnológica. O caráter dependente (mais do que interdependente) da economia brasileira é definido pela sua incapacidade de gerar em quantidade suficiente tecnologia própria. Somos obrigados, exceto no caso da agricultura tropical e de certos setores como o de construção de barragens hidrelétricas, a copiar mais que desenvolver tecnologia. Além disso, as empresas multinacionais transferem para o Brasil quase exclusivamente a aplicação de tecnologia. A geração de tecnologia nova fica limitada aos países centrais, às matrizes das multinacionais.

Diante desse impasse, alguns tecnólogos radicais pretendem desenvolver exclusivamente tecnologia própria e fechar as portas do país para as multinacionais e para a compra de tecnologia.

Semelhante proposta está baseada em um equívoco. Todos os países que se desenvolveram tardiamente copiaram tecnologia. É uma prática muito mais barata. Na verdade, a possibilidade de copiar tecnologia é uma das únicas vantagens dos países subdesenvolvidos. O problema mais grave é encontrar meios para obrigar as multinacionais a transferir para os técnicos nacionais a tecnologia que já desenvolveram, além de forçá-las a gerar tecnologia internamente.

O fato concreto, entretanto, é que a relação marginal produto-capital,  $DY/DK$ , ou seja, a relação entre o aumento da produção nacional quando aumenta de uma unidade o estoque de capital tende a ser alta no Brasil. Este fato se deve, principalmente, à vantagem que temos de absorver tecnologia já desenvolvida anteriormente. O desafio é absorver essa tecnologia pagando o mínimo ou se possível nada por ela. E, uma vez atingido o nível da tecnologia estrangeira, conseguir, pelo menos em alguns setores, ultrapassar a quem copiamos. A Alemanha, o Japão fizeram isto. Nós também podemos fazer.